

Editorial RP3 2/2021

Luciana de Oliveira Miranda

Apresento aos nossos leitores o segundo número da Revista de Pesquisa em Políticas Públicas de 2021. Antes de apresentar os trabalhos, gostaria de reiterar o porquê do atraso nas publicações do ano de 2021. Além de todas as dificuldades de trabalho, por conta da epidemia que ainda enfrentamos, as revistas acadêmicas criadas e desenvolvidas dentro dos institutos, faculdades e centros de pesquisa da UnB ficam abrigadas no portal de periódicos da biblioteca central. Com a atualização do sistema operacional utilizado, o OJS (Open Journal Systems), tivemos problemas - a RP3 e outros periódicos da UnB - na formatação das suas alterações e novas configurações. Por isso a demora na publicação. Já estamos trabalhando neste ano de 2022 para ajustar nosso cronograma.

Nessa edição, temos cinco artigos que abordam, de diferentes maneiras, a preocupação com a identificação de dados e informações qualitativos e quantitativos relevantes para a construção de políticas públicas efetivas. Para tanto, a Edição apresenta uma diversidade de temas como política farmacêutica, política de alfabetização, Lei de Acesso à Informação, política de previdência social e política ambiental, além de reflexões relevantes quanto ao processo de coleta de dados e implementação de programas e projetos adjacentes às políticas.

O primeiro artigo, da autoria de José Eduardo Manhães e Lia Hasenclever considera a política de Assistência Farmacêutica no Brasil, onde atualmente, coexistem dois arranjos de dispensação de medicamentos básicos e essenciais que concorrem no que tange ao fomento de suas ações, visto que, a origem dos recursos de ambos é o Estado. O objetivo do texto é analisar em que medida o arranjo mais recente, pautado na parceria público-privada e instituído em 2004, comprometeu o fomento do arranjo público criado ainda em 1990.

O artigo de autoria de Fabiane Cristina Farsen Hünemeier, Danieli Maria Junges Friederich e Mauricio Ramos Lutz apresenta dados em relação as políticas públicas criadas nas últimas duas décadas (mais precisamente entre 2005 e 2018) com o foco na erradicação do analfabetismo. O objeto da pesquisa é o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), criado em 2018, e seu processo de implementação do Programa em duas escolas da rede estadual de ensino de um município no Rio Grande do Sul.

O terceiro artigo propõe apresentar uma análise sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) em uma universidade pública, a partir da percepção dos seus servidores, percepções essas relativas às competências de atendimento ao público, gestão de documentos e atendimento a pedidos de informação. Os pesquisadores, Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro e Rodrigo Diego Ferreira Saraceno, através de pesquisa *survey* e análise quantitativa, apontam que as descobertas podem subsidiar o diagnóstico da situação em órgãos públicos e ajudar nas decisões necessárias à correção das ações desenvolvidas no processo de implementação da LAI.

Gisele de Freitas e Thiago de Melo Teixeira da Costa sugerem compreender como a unidade gestora surge no contexto de soluções para o desequilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário brasileiro. Para tanto, os autores aplicam o Modelo dos Fluxos Múltiplos no intuito de elaborar categorias para a análise de conteúdo dos documentos e textos que tratam sobre o objeto de estudo. Os resultados apontam os principais elementos para a ocorrência do desequilíbrio das contas RPPS e mostra que o contexto mundial de reformas previdenciárias e orientações do Banco Mundial levaram a instauração de algumas alternativas, descritas no artigo, e até então inexistentes.

Finalmente, o quinto artigo dispõe-se a identificar e quantificar a natureza das ocorrências registradas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão-GO (SEMMAC), que dispõe a população do município serviço de atendimento de denúncias 24 horas por meio da Patrulha Ambiental. Os autores, Thatiana Martins dos Santos Mesquita, Vinícius Garcia Dezute e Silas José Tristão, apontam que os dados apresentados oferecem subsídios para o conhecimento sobre as questões ambientais em âmbito municipal, podendo, desta forma, colaborar nas discussões dos órgãos envolvidos no planejamento de ações fiscalizatórias e educativas.

Temos ainda, nesta edição, a resenha do livro “Poder Local e Transparência: os Municípios Brasileiros e a Lei de Acesso à Informação”, de autoria de Othon Jambeiro, Maristela Dias, Vanice da Mata e Rodrigo Ramos e publicado pela Editora da UFBA em 2020. O autor da resenha, Rogério Sobral Paulo, aponta que objetivo da pesquisa que gerou a publicação foi suscitar um acúmulo de conhecimento sobre o atual panorama do acesso à informação e da interação entre governos municipais e sociedade civil emergida a partir desse paradigma técnico-informacional das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Ressalta-se o escopo desenhado, pelos autores, com o objetivo de enfatizar a realidade dos pequenos e médios municípios, tipicamente interioranos, os quais se configuram como a grande maioria no país. Uma boa leitura a todos!